



Prezado Leitor

Com muita satisfação, apresento-lhe o volume 17, número 2, do segundo quadrimestre de 2014.

Os oito artigos abrangem temas diversos e poderão ser apreciados nas próximas páginas.

No primeiro deles, as autoras Juciara Nunes de Alcântara, Cristina Lelis Leal Calegario, da Universidade Federal de Lavras, e Karim Marini Thomé, da Universidade de Brasília apresentam um estudo, cujo objetivo é mensurar e categorizar as pequenas e micros empresas mineiras quanto à sua capacidade organizacional, subdividida em três dimensões: produtiva, inovativa e gerencial, no artigo "Dimensões das Capacidades Organizacionais: evidências de PMEs Exportadoras Mineiras". Para tanto, foram identificados os indicadores de maior peso sobre as dimensões analisadas e a média ponderada para categorizar as empresas quanto às capacidades. Os resultados evidenciaram dentre as dimensões da capacidade organizacional, maior peso na dimensão gerencial, seguida da dimensão inovativa e por último da dimensão produtiva.

As autoras Vanessa Ingrid da Costa Cardoso, Márcia Martins Mendes De Luca e Alessandra Vasconcelos Gallon, da Universidade Federal do Ceará, investigaram a reputação corporativa sob a perspectiva socioambiental e sua influência na divulgação de informações socioambientais, fundamentada na Teoria do Disclosure Discricionário, no artigo "Reputação Corporativa e o Disclosure Socioambiental de Empresas Brasileiras", cujo objetivo é identificar o disclosure socioambiental das empresas brasileiras de capital aberto com melhor reputação corporativa. É uma pesquisa descritiva, com abordagem quali-quantitativa. A amostra é composta por 29 companhias listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial e no Índice de Carbono Eficiente da BM&FBovespa, que divulgaram o relatório GRI em 2010. O resultado mostrou que as empresas com melhor reputação exibem maiores níveis de disclosure social e ambiental.

No artigo "A Legitimidade Cognitiva da Disciplina de Planejamento Tributário no Brasil", os autores Rogério João Lunkes, Luiz Felipe Ferreira, Jéssica de Oliveira Rech e Talisa Renzzieri, da Universidade Federal de Santa Catarina, identificaram e analisaram as características da legitimidade cognitiva da disciplina de Planejamento Tributário no Brasil. A pesquisa abrangeu publicações em periódicos, artigos científicos publicados em

congressos e eventos de contabilidade, assim como livros e manuais sobre Planejamento Tributário e, ainda, a oferta de disciplinas de Planejamento Tributário nos cursos de graduação de Ciências Contábeis das universidades federais do Brasil. Os resultados evidenciaram que há legitimidade cognitiva do Planejamento Tributário, em relação aos livros e manuais e disciplina acadêmica, enquanto há potencial e oportunidade para crescimento em publicações em revistas científicas e congressos.

No texto "Fatores Preditivos à Desinstitucionalização de Hábitos e Rotinas na Controladoria: Um Estudo de Caso" os autores Paulo Roberto da Cunha, da Universidade Regional de Blumenau, Ilse Maria Beuren, da Universidade de Federal do Paraná, e Reinaldo Guerreiro, da Universidade de São Paulo, buscaram analisar os fatores que contribuíram à desinstitucionalização de hábitos e rotinas na controladoria de uma empresa, com a mudança do seu sistema de informações. É uma pesquisa descritiva e qualitativa que utilizou técnicas de grupo focal, entrevista e análise documental, considerando cinco fatores preditivos: pressões políticas, funcionais, sociais, entropia e inércia. Os resultados mostraram que o fator preditivo que mais contribuiu ao processo de desinstitucionalização foi o relacionado às pressões políticas na distribuição da mudança do poder.

Uma revisão bibliográfica aprofundada sobre o uso das avaliações de políticas públicas foi apresentado pelos autores Cinthia Helena de Oliveira Bechelaine e Ivan Beck Ckagnazaroff, da Universidade Federal de Minas Gerais, no artigo "As Avaliações Vão Para a Gaveta? Uma revisão teórica dos fatores relacionados ao uso de avaliações de políticas públicas", com o objetivo de construir um arcabouço conceitual dos fatores que favorecem ou bloqueiam o uso das avaliações. Os resultados mostraram que a aplicação dos resultados das avaliações envolve uma série de condições ao longo do processo, tais como o contexto em que as avaliações estão inseridas, a estrutura organizacional predominante e o envolvimento dos stakeholders.

O artigo "O Processo de Reconhecimento e Mensuração da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) em Demandas Judiciais das Sociedades Seguradoras Brasileiras" é apresentado pelo autor Aldy Fernandes Silva, da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, identifica procedimentos e variáveis relevantes ao processo de mensuração dessa provisão. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória e qualitativa, por meio de entrevistas com questões semi-estruturadas e análise de documentos disponibilizados pelas sociedades seguradoras brasileiras. Os resultados evidenciaram que a Provisão de Sinistros a Liquidar carrega elevado grau de julgamento profissional dos envolvidos, em especial do departamento jurídico.

Os autores Moacir Sancovschi, Marcelo Álvaro da Silva Macedo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e João Alberto da Silva, da empresa Megaview Tecnologia Ltda., apresentam um estudo que examina as relações existentes entre as classificações das operadoras de planos de saúde no IDSS e em suas 4 dimensões, no período de 2007 e 2008, e a probabilidade de algumas delas terem sido submetidas, pela ANS, a regimes especiais em 2009. No artigo "Análise das Intervenções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) Através dos Índices de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS)". É uma pesquisa quantitativa realizada por meio do teste t de Student e de regressões logísticas. Os resultados revelaram que o desempenho das operadoras que foram

submetidas aos regimes especiais de gestão foi pior em todas as 4 dimensões do IDSS.

No último artigo “Indicadores de Liquidez e o Fluxo de Caixa Operacional: Um Estudo nas Empresas Brasileiras de Capital Aberto”, os autores César Augusto Tibúrcio Silva e Ercilio Zanolla, do Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - UNB/UFPB/UFRN, apresentam um estudo que examinou a relação da liquidez mensurada pelo capital circulante líquido e pela necessidade de capital de giro, com o fluxo de caixa operacional. Para tanto, utilizou-se o modelo de dados em painel de efeitos fixos numa amostra composta por 166 empresas brasileiras de capital aberto, no período de 2008 ao segundo trimestre de 2012. Entre os resultados alcançados, foi visto que a necessidade de capital de giro não é significativa para explicar o fluxo de caixa operacional.

Aproveito a oportunidade para agradecer o apoio recebido dos professores Elionor Farah Jreige Weffort e Wilson Toshiro Nakamura, nossos Editores Associados das áreas de Contabilidade e Finanças, do professor Jorge Katsumi Niyama, às editoras assistentes, Francisca Aparecida de Souza e Clesia Camilo Pereira, bem como aos avaliadores ad hoc e à equipe de apoio da revista.

Boa leitura!

Profa. Janann Joslin Medeiros
Editora